

A corrida presidencial

Aureliano diz que não é candidato sob parlamentarismo



O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao conceder uma entrevista coletiva em Brasília

Da Sucursal de Brasília

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves declarou ontem em entrevista coletiva o que já vinha dizendo reservadamente aos deputados e senadores do PFL, partido do qual é presidente de honra: se o Congresso constituinte aprovar o parlamentarismo, ele não será candidato a presidência da República.

A uma pergunta sobre se admitiria sua candidatura a presidente sob o parlamentarismo, Aureliano respondeu seco: "É óbvio que não". A Folha apurou que a indefinição deste item é o principal motivo que impede o lançamento de sua candidatura a presidente.

Na entrevista, Aureliano negou que seja candidato — "nem estou cogitando disso" — mas tem sido pressionado por deputados e senadores do PFL para apressar uma decisão pessoal. Há dois dias, ele conversou com o presidente nacional do partido, senador Marco Maciel (PE), que lhe cobrou uma definição. E disse a Maciel que teria que esperar a votação final do sistema de governo.

Novo candidato

"Não há uma preocupação com minha candidatura à Presidência da

República, há uma preocupação, e foi por isso que apoié Tancredo Neves, com a estrutura deste país, em termos democráticos", afirmou o ministro. Esta indefinição, dentro do PFL, assumiu dois aspectos diferentes. De um lado, há um grupo — o chamado "grupo moderno" — que apóia Aureliano como candidato a presidente, mas já admite transferir-se para um novo partido e apoiar a candidatura do senador Mário Covas (PMDB-SP). Fazem parte desse grupo deputados como Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do partido, Alcení Guerra (PR), Jaime Santana (MA) e outros.

Esse grupo está impaciente com o que consideram indefinição de Aureliano em lançar-se candidato e com sua conduta de não intervir pessoalmente junto aos constituintes mais próximos para reverter a tendência parlamentarista no Congresso constituinte. "Temos que esgotar a candidatura Aureliano" — disse Alcení Guerra, ontem.

A frase de Alcení pode significar que se Aureliano não lançar logo seu nome à sucessão do presidente José Sarney, alguns deputados do PFL poderão mudar para um novo partido formado pelos deputados e senadores de centro-esquerda do PMDB. "Po-

deremos examinar uma nova opção partidária" — disse Alcení.

De outro lado, parlamentares do PFL mais ligados ao "Centrão", o grupo conservador que se formou na Constituinte para mudar o regimento interno, pensa em outra opção: a candidatura de Antônio Ermírio de Moraes a presidente, no bojo de um amplo acordo com os partidos à direita da política brasileira. Ermírio poderia ser candidato pelo PTB, mas seria apoiado pelo PDS, uma parte do PFL, o PL, além dos conservadores do PMDB.

Os líderes do "Centrão" filiados ao PFL só esperam concluir a batalha pela mudança do regimento, que deverá estar terminada na próxima terça-feira, para discutir em profundidade a candidatura de Ermírio, que consideram superior à de Aureliano. Para o deputado Jaime Santana (PFL-MA), a candidatura de Aureliano é a única que pode manter o PFL unido.

Esta avaliação não é partilhada pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), político intimamente ligado ao governador paulista Orestes Quércia. "O PFL racha de qualquer maneira", disse. É com base nesta avaliação que Quércia pensa em conseguir apoio de frações do PFL.

Estabilidade dos servidores aprovada; constituintes mobilizados para derrubar

Da Sucursal de Brasília

Com o encerramento da última sessão da Comissão de Sistematização, às 24h de anteontem, foi aprovado por decurso de prazo o chamado "trem da alegria dos servidores" que garante estabilidade no emprego para os funcionários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios que tenham, à data da promulgação da nova Constituição, pelo menos cinco anos de trabalho nos serviços da administração direta ou indireta, inclusive em fundações mantidas pelo poder público.

No término da sessão de anteontem, a liderança do PMDB no Congresso constituinte afirmava que a proposta será derrotada no plenário. Mas o deputado José Genoíno (PT-SP), esquerda, conforme o caderno "Os Eleitos", publicado na Folha, e o senador Roberto Campos (PDS-MT), direita, já se uniram para atuar no plenário do Congresso constituinte contra o que Genoíno batizou de "transatlântico da alegria". Na sessão, Genoíno circulava pelo plenário fazendo o som de um apito de locomotiva.

O mais polêmico

Foi o assunto mais polêmico da

Sistematização aprova texto do projeto de Constituição

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização do Congresso constituinte aprovou ontem, em sessão solene que durou uma hora e meia, o texto do projeto de Constituição votado em 56 dias de trabalho. Compareceram à sessão 61 constituintes, dos quais 58 votaram sim e 3 se abstiveram: Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo, Eraldo Tinoco (PFL-BA) e Adylson Motta (PDS-RS). Sant'Anna e Eraldo Tinoco disseram que não concordam com o parlamentarismo e com o mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Motta afirmou que se sentiu "traído".

O deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PFL-SP) esperou o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), anunciar o resultado da votação para fazer, segundo ele, "um desabafo". Disse que não se sentia um traidor por ter votado nos quatro anos para o presidente José

NÚMEROS DA SISTEMATIZAÇÃO	
Emendas aprovadas	214
Emendas rejeitadas	234
Emendas prejudicadas (*)	1.290
Emendas retiradas	874
Total de destaques não apreciados (**)	5.765
Total de destaques apresentados	8.377
Total de votações	509
Dias de trabalho	56
Número de parlamentares que participaram dos trabalhos	146

(*) Por falta de quórum, ausência do autor, matéria idêntica ou já acolhida.
(**) Sua apreciação deverá ocorrer no plenário do Congresso constituinte.

sessão final da comissão. Desde 12h45, muitos constituintes tentaram votar os artigos 59 e 61 das Disposições Transitórias da Constituição, que tratam da estabilidade para os servidores. Houve um duro confronto entre os "conservadores" e os "progressistas", que tiveram o apoio dos "moderados" em alguns momentos. Mas um "acordão" final entre o PMDB e o PFL garantiu a manutenção do texto do substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição. No final da sessão da manhã, as lideranças do PMDB e dos partidos

de "esquerda" pediram a votação antecipada do artigo, temendo sua aprovação por decurso de prazo. Numa reação inflamada, o PFL e o PDS não concordaram com a proposta. Defendendo o "trem", as lideranças dos dois partidos disseram que ele é o equivalente à estabilidade aprovada para o setor privado. Após um "apelo" do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que presidia a sessão, para que o artigo fosse votado os trabalhos foram suspensos para o almoço.

Depois disso houve mais uma tentativa fracassada de votação em que os deputados Gerson Peres (PDS-PA) e Roberto Freire (PCB-PE) quase brigaram. Apesar do apoio do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) para a supressão do "trem da alegria", a sessão foi encerrada e o requerimento pedindo a votação acabou na lata do lixo.

O Ministério da Administração não tem registros sobre o número total de funcionários públicos federais, estaduais e municipais que serão beneficiados. O único dado disponível refere-se aos servidores da esfera federal: 570 mil na administração direta e 1,1 milhão na indireta. O Ministério não sabe quem é concursado ou não. Calcula-se, na Administração, que os funcionários públicos dos 23 Estados, 4,108 municípios e três territórios esteja em torno de cinco a sete milhões.

Sarney. Mendes Thame desafiou o presidente José Sarney a puni-lo.

A reforma regimental deverá entrar em votação na próxima terça-feira no plenário do Congresso constituinte, segundo disse ontem o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), relator da Mesa e presidente interino do Congresso constituinte. Ele disse que a Mesa está avaliando todas as 45 emendas apresentadas ao regimento atual e que pretende elaborar um segundo substitutivo contemplando algumas emendas e pelo menos uma parte do substitutivo apresentado pelo grupo suprapartidário "Centrão", que pleiteia que o regimento dê preferência na votação a emendas apresentadas com 280 assinaturas. Segundo esta proposta, as emendas teriam 72 horas de prazo na pauta de votação antes de serem prejudicadas por falta de quórum para aprovação — o mínimo é de 280 votos. "Temo que não haja acordo e venhamos a ter um impasse na votação do Regimento", disse.